

Educação e Universidade, de Anísio Teixeira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

*Rubens de Oliveira Martins**

Neste ano comemora-se o centenário do nascimento de Anísio Spínola Teixeira, baiano de Catité e um dos mais importantes pensadores da educação nacional. Após seu bacharelado em Direito, concluído em 1922, na Universidade do Rio de Janeiro, iniciou sua vida pública em 1924, tendo sido Inspetor-Geral do Ensino da Bahia, docente de Filosofia e História da Educação na Escola Normal de Salvador (1928), Diretor do Departamento de Instrução Pública do Distrito Federal (1931-35), signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia (1947-51), Secretário geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES (1951-64), Diretor do INEP (1952-64), membro do Conselho Federal de Educação (1962-68) e reitor da Universidade de Brasília (1963-64).

Este vasto currículo sintetiza uma vida dedicada à educação e principalmente à escola pública, tendo dedicado a este tema também várias publicações. A Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro vem oportunamente reeditar¹ as obras completas deste educador em uma coleção de cinco volumes que apresentam suas principais idéias. No volume *Educação não é privilégio*, Anísio discute o aspecto formal e regulado oficialmente característico da educação em nosso país, defendendo que “... a educação não é assunto de lei, mas da experiência e da ciência”; em *Educação é um direito*, o debate

* Rubens de Oliveira Martins é mestre em Sociologia pela F.F.L.C.H. da USP e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB

O trabalho da reedição das obras de Anísio Teixeira pela Editora da UFRJ iniciou-se em 1997, tendo sido publicadas novas edições anualmente desde então. Na última Bienal Internacional do Livro de São Paulo, realizada entre 29 de abril e 7 de maio de 2000, esta coleção foi um dos destaques do estande das editoras universitárias.

está centrado nas relações entre Estado e democracia no Brasil, preocupando-se com a temática da autonomia dos sistemas estaduais de educação frente ao governo federal; em *Educação para a democracia*, congregam-se textos relativos ao problema da administração escolar em seus diversos níveis, refletindo sobre temas como infra-estrutura material e humana até questões de financiamento da educação; o volume *Educação no Brasil*, reúne diversos artigos sobre o debate educacional no Brasil, com destaque para sua participação nas discussões quando da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961; finalmente, o quinto volume desta coleção, *Educação e Universidade* vem refletir sobre alguns temas da educação superior no Brasil.

É sobre este último volume que iremos nos deter nesta resenha, uma vez que os debates sobre educação superior no Brasil têm se mostrado cada vez mais frequentes e adquirindo importância fundamental, no que se refere ao papel da universidade, sua autonomia, os sistemas de acesso, as reformas curriculares, as novas modalidades de oferta de cursos trazidas pela LDB de 1996, a expansão do sistema público e privado, a integração com a extensão e a pesquisa, enfim, uma miríade de temas complexo, que acreditamos poder serem iluminados pela releitura das idéias de Anísio Teixeira.

A ligação de Anísio Teixeira com o tema da educação superior vem desde sua experiência com a implantação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, com um modelo diferenciado, que apresentava como novidade a idéia de formação de professores em nível superior. Seu ideal de universidade afastava-se da idéia de escolas superiores isoladas, entendendo que somente por um modelo integrado de conhecimento seria possível escapar a um saber instrumental e tecnicista, a fim de atingir uma educação superior como educação para a cidadania e para a democracia. Assim, coerente com esta postura, na década de 60 aparece, ao lado de Darcy Ribeiro, como um dos idealizadores da Universidade de Brasília, instituída em 1961. Novamente tratava-se de uma iniciativa modernizadora, de uma instituição que pretendia a integração entre ensino e pesquisa, com a implantação progressiva da pós-graduação, incluindo ainda a retomada de seu projeto de incentivar uma formação de profissionais para o magistério que considerasse a preparação teórica e aplicada para esta tarefa.

Ao longo dos artigos reunidos neste volume, ainda que reconheçamos no autor uma certa concepção funcionalista ou mesmo evolucionista, como por exemplo no uso freqüente do adjetivo “civilizador” para a universidade, procuramos ressaltar a dimensão em que a entende como instituição capaz de libertar o pensamento e os homens dos dogmas e instituições tradicionais, permitindo o desenvolvimento da cultura definidora de uma sociedade e seu povo. Para

além da simples transmissão ou conservação de conhecimentos, trata-se de uma instituição responsável pela manutenção de “uma atmosfera de saber para preparar o homem que o serve e o desenvolve” (p.35) Neste sentido faz a crítica àquelas escolas de viés unicamente prático, em cujo processo de formação não disseminam o pensamento crítico. A liberdade emerge como ideal e como condição inerente à sua natureza.

A integração entre saber teórico e saber prático dá a tônica à defesa de seu projeto de Escolas de Educação em nível superior, por meio da consagrada analogia entre a prática docente e a prática médica, a partir da idéia de que ambas exigiriam “ciência e arte” (p. 46). A crítica que se apresenta ao modelo vigente seria a da necessidade de superação de um saber puramente informativo, baseado na repetição de conteúdos desconectados da vida concreta, que tem servido apenas para a manutenção da mediocridade. Ao lado disso, a utilização reiterada de metáforas bélicas, demonstra o grau de preocupação do autor quanto ao enfrentamento deste grave problema, principalmente num contexto de ampliação vertiginosa das demandas escolares de nível fundamental e médio. Somente uma solução estratégica e planejada seria capaz de dar conta da formação de quadros docentes capazes de superar tal situação. E, de novo, é na universidade que se encontraria tal possibilidade.

Outro ponto abordado por Anísio Teixeira nestes textos é a questão da autonomia universitária, cujos debates permanecem pertinentes até os dias de hoje. O autor faz uma defesa coerente da necessidade de uma real autonomia orçamentária das universidades públicas, além de criticar o ímpeto legislador do executivo em matéria de portarias e resoluções que acabam por restringir até mesmo a autonomia didático-pedagógica destas instituições. Ao situar a questão da autonomia dentro do quadro mais abrangente das condições da própria sociedade e de suas determinações políticas, pode-se entender os limites colocados a cada momento para o desenvolvimento deste debate e para a implementação de uma autonomia verdadeira. O exercício daquela liberdade entendida como necessária à universidade depende então das possibilidades de experiências e de práticas democráticas mais desenvolvidas, sempre sob o signo da responsabilidade:

Se a missão da universidade é contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, o exemplo de sua organização e de seu método de trabalho, autônomos e responsáveis, será sua grande contribuição à reconstrução democrática dessa mesma sociedade. (p. 81)

Trata-se aqui de um processo de avanços e recuos que determinam um aprendizado, da sociedade e da própria universidade, que deverá saber assu-

mir os problemas novos oriundos da autonomia. A atualidade destas reflexões apresenta-se no fato de estar em debate um novo projeto de autonomia universitária, com base no texto constitucional e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, onde as questões como autonomia financeira e didático-pedagógica reaparecem em sua forma moderna, com a participação de novas composições de força entre governo e universidades, e o debate se renova em torno da definição de um modelo de universidade pública menos dependente da regulação central do MEC, com orçamento próprio condizente com suas necessidades e autonomia real para decidir sua melhor alocação.

Integrando as questões precedentes em uma análise histórica de longo alcance sobre as formas de construção da universidade no Brasil, o autor vai identificar uma série de problemas que se mostram como permanecendo profundamente atuais para nós, entre eles: a herança de uma tradição cultural estranha ao nosso país; as resistências internas à mudanças; a persistência de um caráter tecnicista e de escolas isoladas; a concentração da expansão de cursos em áreas tradicionais (como a medicina, a engenharia e o direito – e modernamente também na administração de empresas); o isolamento entre os institutos; o isolamento da universidade em relação à sociedade e suas demandas; os métodos de ensino anacrônicos; os conteúdos curriculares defasados e enciclopédicos; a desvalorização das licenciaturas.

Uma análise desta lista provisória é capaz de revelar de imediato a pertinência das preocupações do autor, sua importância e atualidade. Ao mesmo tempo nos convida a refletir sobre as diferentes origens de tais problemas, tanto de ordem externa, dependentes então de políticas governamentais responsáveis e democráticas, como de ordem interna, que exigiriam a superação das políticas corporativas de “feudos” de poder acadêmico na estrutura autonomizada da organização universitária, descolada da sociedade e portanto deslegitimada.

Finalmente, se as idéias vanguardistas de Anísio Teixeira, em 1935, a respeito da necessidade da formação de professores em nível superior, acabaram sendo podadas quando da incorporação da Universidade do Distrito Federal à Universidade do Brasil, elas hoje ressurgem com toda força a partir do disposto na Lei 9.394/96², tomando-se a preocupação central da atual política do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.³ E mais que

² O artigo 62 da LDB define que os professores da educação básica deverão ser formados em nível superior.

³ No final de 1999 o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução 1/99 que dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação como o *locus* da formação de professores em nível superior, reorganizando também as licenciaturas com uma carga horária de 3200h,

nunca é preciso voltar ao mestre para situar-se com clareza neste processo, a fim de tornar concreto o propósito de seu autor, qual seja, a construção de um “círculo virtuoso” que permitisse ampliar a capacidade de intervenção qualificada nos debates democráticos dos problemas de nossa educação superior.

sendo 800h de atividades práticas. Em dezembro de 1999, foi publicado o Decreto 3.276 que define a nova filosofia da formação de professores para a educação básica. Em 5 de maio deste ano, o Ministério da Educação encaminhou ao CNE uma proposta de diretrizes gerais para a formação de professores para a educação básica.